



Escola de Administração Fazendária



Cargo: ANALISTA DE FINANÇAS E CONTROLE - CGU

CONTROLADORIA-GERAL
DA UNIÃO

Concurso Público 2008

Prova 3

Área: Correição

Nome: _____ N. de Inscrição _____

Instruções

- 1 - Escreva seu nome e número de inscrição, de forma legível, nos locais indicados.
- 2 - O CARTÃO DE RESPOSTAS tem, obrigatoriamente, de ser assinado. Esse CARTÃO DE RESPOSTAS não poderá ser substituído, portanto, não o rasure nem o amasse.
- 3 - Transcreva a frase abaixo para o local indicado no seu CARTÃO DE RESPOSTAS em letra *cursiva*, para posterior exame grafológico:
“Onde existe uma mente aberta, sempre haverá uma nova fronteira a desbravar”.
(Charles Kettering)
- 4 - DURAÇÃO DA PROVA: **5 horas**, incluído o tempo para o preenchimento do CARTÃO DE RESPOSTAS.
- 5 - Na prova há **60 questões** de múltipla escolha, com cinco opções: a, b, c, d e e.
- 6 - No CARTÃO DE RESPOSTAS, as questões estão representadas pelos seus respectivos números. Preencha, **FORTEMENTE**, com caneta esferográfica (tinta azul ou preta), toda a área correspondente à opção de sua escolha, sem ultrapassar as bordas.
- 7 - Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.
- 8 - Ao receber a ordem do Fiscal de Sala, confira este CADERNO com muita atenção, pois nenhuma reclamação sobre o total de questões e/ou falhas na impressão será aceita depois de iniciada a prova.
- 9 - Durante a prova, não será admitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, tampouco será permitido o uso de qualquer tipo de equipamento (calculadora, tel. celular etc.).
- 10 - Por motivo de segurança, somente durante os trinta minutos que antecedem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS, conforme subitem 6.5 do edital regulador do concurso.
- 11 - A saída da sala só poderá ocorrer depois de decorrida uma hora do início da prova.
A não-observância dessa exigência acarretará a sua exclusão do concurso.
- 12 - Ao sair da sala entregue este CADERNO DE PROVA, juntamente com o CARTÃO DE RESPOSTAS, ao Fiscal de Sala.

Boa prova!

**DIREITO PENAL E DIREITO
PROCESSUAL PENAL**

1 - Analise os itens a seguir:

- I. o crime de extorsão consuma-se somente com a obtenção da vantagem indevida.
- II. compete ao juízo do lugar da recusa do pagamento processar e julgar crime de estelionato cometido mediante falsificação de cheque.
- III. a lei penal mais grave aplica-se ao crime continuado ou ao crime permanente, se a sua vigência é anterior à cessação da continuidade ou permanência.
- IV. a garantia da irretroatividade da lei, prevista no artigo 5º, XXXVI, da Constituição da República, não é invocável pela entidade estatal que a tenha editado.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

2 - Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () A prescrição pela pena em concreto é somente da pretensão executória da pena privativa de liberdade.
- () No caso de evadir-se o condenado ou de revogar-se o livramento condicional, a prescrição é regulada pelo tempo que o condenado cumpriu da pena.
- () As normas que disciplinam a prisão provisória não se submetem ao princípio da retroatividade em benefício do agente.
- () A Constituição Federal consagrou a regra da prescritibilidade como direito individual do agente, assim, é direito público subjetivo de índole constitucional de todo acusado o direito à prescrição do crime ou contravenção penal praticada, não havendo hipótese em que não correrá a prescrição penal.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, V, F
- e) F, V, V, F

3 - Com fundamento no crime de peculato, analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () O sujeito ativo do crime de peculato é o Estado, pois se trata de crime contra a administração pública, abrangidas as autarquias e as entidades paraestatais, que são as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as fundações instituídas pelo poder público.
- () Com fundamento no princípio da bagatela, pode não se configurar peculato a apropriação de valores insignificantes, ainda que cometido contra a Administração Pública Federal.
- () Para a consumação do crime de peculato é imprescindível o efetivo prejuízo para a Administração, sendo que a restituição do objeto ou sua apreensão posterior descaracteriza o delito.
- () Não ocorrendo o fato (apropriação, subtração, obtenção) na função pública ou em razão da qualidade do funcionário, ou não sendo o agente funcionário público, mas em virtude de ser cometido contra a Administração Pública, ainda assim se caracteriza o crime.

- a) F, V, F, F
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, V, V
- e) V, V, V, F

4 - Godofredo (funcionário público federal), procrastina, indevidamente, ato de ofício, previsto em lei, o qual deve ser executado em prazo prescrito para que produza seus efeitos normais, para satisfazer sentimento pessoal.

Godofredo comete o crime de:

- a) Advocacia administrativa.
- b) Prevaricação.
- c) Condescendência criminosa.
- d) Concussão.
- e) Excesso de exação.

5 - Assinale a opção em que há descrição de tipo penal referente a crime cometido contra as finanças públicas, nos termos do Código Penal Brasileiro.

- a) Autorizar, sem prévia autorização legislativa, operação de crédito externo.
- b) Devassar o sigilo de proposta de concorrência pública.
- c) Facilitar, com infração de dever funcional, a prática de contrabando ou descaminho.
- d) Apropriar-se o funcionário público de dinheiro público de que tem a posse em razão do cargo, em proveito alheio.
- e) Inserir, o funcionário público autorizado, a inserção de dados falsos nos sistemas informatizados ou bancos de dados da Administração Pública com o fim de obter vantagem indevida ou para causar dano.

6 - Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () A pena de multa cominada nos crimes tipificados na Lei n. 8.666/1993 (Seção III – Dos Crimes e das Penas) consiste no pagamento de quantia fixada na sentença e calculada em índices percentuais, cuja base corresponderá ao valor da vantagem efetivamente obtida ou potencialmente auferível pelo agente.
- () Nos termos da Lei n. 9.613/1998, o COAF – Conselho de Controle de Atividades Financeiras, poderá requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.
- () Nos termos da Lei n. 9.034/95, não será concedida liberdade provisória, com ou sem fiança, aos agentes que tenham tido intensa e efetiva participação na organização criminosa, bem como o réu não poderá apelar em liberdade, iniciando o cumprimento da pena em regime fechado os condenados por crime decorrentes de organização criminosa.
- () Será admitida a interceptação de comunicações telefônicas, mediante ordem do juiz competente, na hipótese de o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, F, F
- e) V, V, V, F

7 - Analise os itens a seguir:

- I. a exigência da prisão provisória, para apelar, não ofende a garantia constitucional da presunção de inocência.
- II. os direitos de queixa e de representação podem ser exercidos, independentemente, pelo ofendido ou por seu representante legal.
- III. o pagamento de cheque emitido sem provisão de fundos, após o recebimento da denúncia, obsta ao prosseguimento da ação penal.
- IV. no processo penal, a defesa deficiente constitui nulidade absoluta.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e III estão incorretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

8 - Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () No Brasil, a Constituição Federal assegura o sistema acusatório no processo penal.
- () Em decorrência do princípio do estado de inocência, deve-se concluir que ao juiz, para a absolvição, basta a dúvida a respeito da sua culpa.
- () O princípio da publicidade é uma garantia para o indivíduo e para a sociedade sendo, também, característica do sistema inquisitório.
- () No processo penal, o princípio da igualdade processual sofre atenuação em virtude do princípio do *favor rei*.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, V, F
- e) F, V, V, F

9- Assinale a opção correta.

- a) Seja qual for o crime, quando praticado em detrimento do patrimônio ou interesse da União, Estado e Município, a ação penal será pública, condicionada à representação da autoridade pública competente.
- b) Somente ao ofendido caberá intentar a ação privada.
- c) A representação, quando feita ao juiz ou perante este reduzida a termo, será remetida ao Ministério Público para que este determine a instauração do inquérito.
- d) Se comparecer mais de uma pessoa com direito de queixa, terá preferência o parente mais próximo, ascendente, descendente ou irmão e em seguida o cônjuge.
- e) A ação penal, nas contravenções, será iniciada por meio de portaria expedida pela autoridade judiciária.

10- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () O inquérito policial é um procedimento persecutório de caráter administrativo com diligências realizadas pela polícia judiciária, tendo como destinatário mediato o juiz.
- () O inquérito é um procedimento inquisitivo, não se aplicando os princípios do contraditório e da ampla defesa.
- () Os vícios existentes no inquérito policial não têm o condão de infirmar validade jurídica do subsequente processo penal condenatório.
- () Nos crimes de ação privada, a autoridade policial somente poderá proceder a inquérito a requerimento de quem tenha qualidade para intentá-la.

- a) V, F, F, V
- b) F, V, F, V
- c) V, V, V, V
- d) V, F, V, F
- e) F, F, V, F

11- Assinale a opção correta.

- a) Considera-se perempta a ação penal, nos casos em que se procede somente mediante queixa, quando o querelante deixar de formular o pedido de condenação nas alegações finais.
- b) A renúncia ao exercício do direito de queixa do menor que houver completado 18 (dezoito) anos excluirá o direito do representante legal do menor.
- c) O perdão concedido a um dos querelados aproveitará a todos, ainda que um o recuse.
- d) A aceitação do perdão é personalíssima.
- e) O querelante pode oferecer queixa contra qualquer dos autores do crime, em caso de concurso de agentes, não obrigando ao processo de todos.

12- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Não se admite prova emprestada quando transplantada de inquérito policial.
 - () A prova emprestada, no momento em que é transportada para o novo processo, passa a constituir mera prova documental, embora originariamente possa ser testemunhal.
 - () A Constituição da República atribui ao Ministério Público, com exclusividade, a propositura da ação penal pública, seja ela incondicionada ou condicionada, não prevendo exceção.
 - () Nos termos do Código de Processo Penal, depois de oferecida a denúncia a representação pode ser retratável.
- a) V, F, F, V
 - b) F, V, V, V
 - c) F, V, F, V
 - d) F, F, V, F
 - e) V, V, F, F

DIREITO CIVIL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL

13- Analise os itens a seguir:

- I. o juiz atenderá aos fins sociais a que a lei se dirige.
- II. o penhor regula-se pela lei do país em que se contraiu o contrato de penhor.
- III. à autoridade judiciária brasileira, exclusivamente, compete conhecer das ações relativas a imóveis situados no Brasil.
- IV. a interpretação sistemática atende ao espírito da lei, procurando apurar o sentido e a finalidade da norma, com abandono dos elementos puramente verbais.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas os itens II e IV estão incorretos.
- e) Todos os itens estão incorretos.

14- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Os ébrios habituais, os viciados em tóxicos e os que, por deficiência mental, tenham o discernimento reduzido são absolutamente incapazes de exercer pessoalmente os atos da vida civil.
- () Os recém-nascidos e os amentais possuem a capacidade de direito e de fato ou de exercício, visto que podem herdar.
- () Presume-se a morte, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão provisória.
- () Os atos judiciais ou extrajudiciais que declararem ou reconhecerem a filiação serão registrados em registro público.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, F, F
- e) F, F, F, F

15- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Os direitos da personalidade são intransmissíveis e irrenunciáveis, não podendo sofrer exceção e nem o seu exercício sofrer limitação voluntária.
- () É ampla a permissão do ato de disposição do próprio corpo, inclusive para fins de transplante, *in vida*.
- () O nome da pessoa pode ser empregado por outrem, sem autorização, em propaganda comercial, desde que não a exponha ao desprezo público.
- () O pseudônimo adotado para atividades lícitas não goza da proteção que se dá ao nome.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, V
- c) F, F, V, F
- d) V, F, F, V
- e) F, F, F, F

16- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () A única hipótese de emancipação judicial, que depende de sentença do juiz, é a do menor com dezesseis anos completos ante o pedido de um dos pais na falta do outro.
 - () Para que se configure a comoriência, faz-se mister que dois ou mais indivíduos faleçam na mesma ocasião e no mesmo lugar, não se podendo averiguar qual deles morreu primeiro.
 - () Apesar de ser de direito privado responde como preponente pelos atos de seus empregados ou prepostos (responsabilidade por fato de terceiro), como também pelos de seus órgãos (diretores, administradores, assembleias).
 - () O direito à sucessão aberta é considerado bem imóvel.
- a) V, V, F, V
 - b) F, V, F, V
 - c) F, F, V, V
 - d) V, F, F, F
 - e) V, V, V, F

17- Assinale a opção incorreta.

- a) Os negócios jurídicos que dizem respeito ao bem principal abrangem as pertenças.
- b) Os negócios jurídicos sinalagmáticos são aqueles em que há reciprocidade de direitos e obrigações.
- c) O silêncio pode ser interpretado como manifestação tácita da vontade.
- d) A representação pode ser legal ou convencional.
- e) O Código Civil prevê expressamente a possibilidade da celebração do contrato consigo mesmo.

18- Assinale a opção correta.

- a) É nulo o negócio jurídico celebrado em estado de perigo.
- b) As pretensões de exercício potestativo não prescrevem.
- c) A ação de evicção pendente não obsta a prescrição.
- d) Exige-se sejam autenticadas as reproduções fotográficas, os registros fonográficos e quaisquer outras reproduções mecânicas ou eletrônicas a fim de que tenham força probante.
- e) O juiz deve pronunciar de ofício a anulabilidade dos negócios jurídicos em prol da segurança jurídica.

19- Analise os itens a seguir:

- I. no sistema brasileiro, os órgãos jurisdicionais são estabelecidos previamente em lei, com caráter de generalidade, sem ser possível criação de tribunais para julgamento de causas individualizadas.
- II. o processo é o meio próprio de tutela eminentemente jurisdicional e, de acordo com o fim específico a que se destina, é que se vai dividir em Processo de Conhecimento ou de Cognição, Processo de Execução e Processo Cautelar.
- III. como decorrência da igualdade, o contraditório é a manifestação por excelência, significando que as partes devam sempre estar no processo.
- IV. a ação é o direito de pedir tutela jurisdicional e a pretensão é o conteúdo da ação. O pedido de tutela jurisdicional é a ação e a reivindicação afirmada, a pretensão.

Assinale a opção correta.

- a) Apenas o item I está correto.
- b) Apenas os itens I e II estão corretos.
- c) Apenas os itens III e IV estão corretos.
- d) Apenas o item III está incorreto.
- e) Todos os itens estão incorretos.

20- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Podem as partes, de comum acordo, reduzir o prazo peremptório; a convenção, porém, só tem eficácia se, requerida antes do vencimento do prazo, fundar-se em motivo legítimo.
- () A parte não poderá renunciar ao prazo estabelecido em hipótese alguma.
- () É computado em quádruplo o prazo para recorrer e em dobro para contestar quando a parte for o Ministério Público.
- () Quando o prazo for contado por hora, caso o serventuário encarregado da diligência não fizer constar de sua certidão a hora exata em que foi feita, presume-se que a diligência tenha sido feita no último minuto da hora permitido.

- a) V, V, F, V
- b) F, V, F, V
- c) F, F, F, V
- d) V, F, F, F
- e) V, V, V, F

21- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () A carta rogatória será expedida se o juiz for subordinado ao tribunal de que ela emanar.
 - () A carta rogatória não pode ser expedida por meio eletrônico.
 - () A citação pode ser efetuada por meio eletrônico.
 - () As intimações efetuam-se de ofício em processos pendentes.
- a) V, V, F, V
 - b) F, V, F, V
 - c) F, F, V, V
 - d) V, F, F, F
 - e) V, V, V, F

22- Analise os itens a seguir e marque com **V** a assertiva verdadeira e com **F** a falsa, assinalando ao final a opção correspondente.

- () Os litisconsortes gozam do prazo comum, mas em dobro para recorrer em qualquer hipótese.
- () O nascituro pode ser parte passiva no processo e receber citação.
- () Começa a correr o prazo quando houver vários réus, da data de juntada aos autos do primeiro aviso de recebimento ou mandado citatório cumprido.
- () Quando frustrada a realização da intimação por meio de oficial de justiça, a mesma será efetuada pelo correio.

- a) F, V, F, F
- b) V, V, F, V
- c) F, F, V, V
- d) V, F, F, F
- e) V, V, V, F

23- A ação que pode ser proposta por qualquer cidadão visando a anulação de atos lesivos ao patrimônio do Distrito Federal é:

- a) ação civil pública.
- b) ação popular.
- c) mandado de segurança individual.
- d) ação de improbidade administrativa.
- e) mandado de segurança coletivo.

24- O mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por:

- a) Associação em funcionamento há pelo menos 06 (seis) meses.
- b) Ministério Público Federal.
- c) Instituição filantrópica.
- d) Procuradores Autárquicos.
- e) Partido Político com representação no Congresso Nacional.

DIREITO COMERCIAL

25- Na eleição dos conselheiros de administração das sociedades anônimas, é facultado aos acionistas que representem, no mínimo, um décimo do capital social com direito a voto, esteja ou não previsto no estatuto, requerer a adoção de um processo especial de votação, atribuindo-se a cada ação tantos votos quantos sejam os membros do conselho, e reconhecido ao acionista o direito de cumular os votos num só candidato ou distribuí-los entre vários. Esse processo é designado:

- a) voto plural.
- b) voto múltiplo.
- c) voto multilateral.
- d) voto em bloco.
- e) voto disjuntivo.

26- No âmbito dos administradores das sociedades anônimas, a *corporate governance*, paulatinamente indissociável da gestão das companhias abertas, e a figura do *insider trading*, delineada pela doutrina norte-americana, relacionam-se, sobremaneira, a dois deveres, que são, respectivamente:

- a) dever de diligência e de informar.
- b) dever de informar e de zelo.
- c) dever de sigilo e de lealdade.
- d) dever de zelo e de diligência.
- e) dever de lealdade e de sigilo.

27- Sobre os órgãos de administração das sociedades anônimas, é correto afirmar, exceto:

- a) o conselho de administração é órgão de deliberação colegiada e de existência obrigatória nas companhias abertas, de capital autorizado e de economia mista.
- b) a assembleia geral fixará o montante global ou individual da remuneração dos administradores, inclusive benefícios de qualquer natureza e verbas de representação.

c) a representação da companhia compete aos administradores em geral; compete ao conselho de administração, quando existir, eleger e destituir os diretores da companhia.

d) são inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas impedidas por lei especial, ou condenadas por crime falimentar.

e) são inelegíveis para os cargos de administração da companhia as pessoas condenadas por crime de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato ou contra a economia popular.

28- Todas as atribuições abaixo constituem competência do conselho fiscal das sociedades anônimas, exceto:

a) convocar a assembleia geral, quando julgar conveniente.

b) fiscalizar, por qualquer de seus membros, os atos dos administradores e verificar o cumprimento dos seus deveres legais e estatutários.

c) analisar, ao menos trimestralmente, o balancete e demais demonstrações financeiras elaboradas periodicamente pela companhia.

d) examinar as demonstrações financeiras de exercício social e sobre elas opinar.

e) opinar sobre o relatório anual da administração, fazendo constar do seu parecer as informações complementares que julgar necessárias ou úteis à deliberação da assembleia geral.

29- A respeito da responsabilidade dos administradores na legislação das sociedades anônimas, é incorreto afirmar:

a) o administrador não é pessoalmente responsável pelas obrigações que contrair em nome da sociedade e em virtude de ato regular de gestão.

b) o administrador responde civilmente pelos prejuízos que causar, quando proceder, dentro de suas atribuições ou poderes, com culpa ou dolo.

c) o administrador responde civilmente pelos prejuízos que causar, quando proceder, dentro de suas atribuições ou poderes, com violação da lei ou do estatuto.

d) compete à companhia, mediante prévia deliberação do conselho fiscal, a ação de responsabilidade civil contra o administrador, pelos prejuízos causados ao seu patrimônio.

e) os administradores são solidariamente responsáveis pelos prejuízos causados em virtude do não-cumprimento dos deveres impostos por lei para assegurar o funcionamento normal da companhia, ainda que, pelo estatuto, tais deveres não caibam a todos eles.

30- Quanto à composição dos órgãos legais de administração e fiscalização das sociedades anônimas, marque a assertiva incorreta.

- a) A diretoria será composta por dois ou mais diretores.
- b) O conselho fiscal será composto de, no mínimo, três e, no máximo, cinco membros, e suplentes em igual número, acionistas ou não.
- c) O conselho de administração será composto por dois ou mais membros, eleitos pela assembléia geral e por ela destituíveis a qualquer tempo.
- d) O estatuto da companhia poderá prever a participação no conselho de administração de representante dos empregados, escolhido pelo voto destes, em eleição direta, organizada pela empresa, em conjunto com as entidades sindicais que os representem.
- e) Não podem compor o conselho fiscal membros de órgãos de administração e empregados da companhia ou de sociedade controlada ou do mesmo grupo.

CORREIÇÃO NO PODER EXECUTIVO

31- A Controladoria-Geral da União (CGU) tem atuado nos trabalhos de auditoria e na apuração de responsabilidade disciplinar, em conjunto com órgãos policiais e de controle externo, em grandes operações de repercussão nacional. Com fundamento nas competências, na estrutura e na organização da Controladoria-Geral da União, é correto afirmar que:

- a) servidores da CGU podem atuar em grandes operações, que envolvam investigações de atos praticados em órgãos e entidades pertencentes à estrutura de ministérios, desde que solicitado pelo Ministro da Pasta respectiva.
- b) a Controladoria-Geral da União possui competência para atuar em operações que apurem escândalos envolvendo atos de quebra de decoro parlamentar.
- c) Analistas de Finanças e Controle vinculados à Secretaria Federal de Controle Interno possuem competência exclusiva para este tipo de atividade.
- d) compete à Controladoria-Geral da União apreciar as contas prestadas anualmente pelo Presidente da República, mediante parecer prévio que deverá ser elaborado em sessenta dias, a contar de seu recebimento.
- e) incumbe ao titular da Controladoria-Geral da União, no exercício de sua competência, propor medidas administrativas e até mesmo legislativas, além de sugerir ações necessárias a evitar a repetição de irregularidades constatadas.

32- A respeito da participação da Controladoria-Geral da União no sistema de Correição do Poder Executivo Federal, na qualidade Órgão Central, é correto afirmar que:

- a) compete à CGU a análise dos recursos e revisões relativos aos processos administrativos disciplinares e às sindicâncias, decididas por autoridades que compõem o Sistema de Correição.
- b) compete à CGU propor medidas que visem a inibir, a reprimir, e a diminuir a prática de faltas ou irregularidades cometidas por servidores contra o patrimônio público.
- c) o Órgão Central do Sistema de Correição atua como instância consultiva das Consultorias Jurídicas dos Ministérios, em matéria relativa a correição.
- d) as unidades de corregedoria dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal subordinam-se, tecnicamente, aos enunciados e instruções emitidos pelo Órgão Central do Sistema de Correição.
- e) nos casos de comprovado dano ao erário, cumpre, ao Órgão Central, efetivar a inscrição em dívida ativa do agente público causador do dano, após promover a oitiva do Tribunal de Contas da União.

33- Considerando a estrutura regimental da Controladoria-Geral da União (CGU), aprovada pelo Decreto n. 5.683, de 24 de janeiro de 2006, é incorreto afirmar que:

- a) a Controladoria-Geral da União exerce a supervisão técnica dos órgãos que compõem o Sistema de Controle Interno e o Sistema de Correição, além da supervisão das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal.
- b) compete à Secretaria Federal de Controle Interno exercer as atividades de órgão central do Sistema de Controle Interno, e à Corregedoria-Geral da União exercer as atividades de órgão central do Sistema de Correição, ambos do Poder Executivo Federal.
- c) não existe vínculo de subordinação entre a Corregedoria-Geral da União, a Secretaria Federal de Controle Interno, e a Ouvidoria-Geral da União, constituindo-se estas, ao lado da Secretaria de Prevenção da Corrupção e Informações Estratégicas, órgãos específicos singulares que compõem a estrutura da Controladoria-Geral da União.
- d) as Controladorias Regionais da União nos Estados são unidades descentralizadas da CGU que atuam, sob a supervisão dos dirigentes das unidades centrais.
- e) à Corregedoria-Geral da União compete realizar inspeções e auditorias nas unidades do Sistema de Correição do Poder Executivo Federal, para avaliar a execução dos programas de governo, detectar irregularidades e punir os responsáveis, assegurando-se a ampla defesa e o contraditório.

34- Considerando a estrutura, organização e competências da Controladoria-Geral da União, é correto afirmar que:

- a) compete à Controladoria-Geral da União zelar pela defesa do patrimônio público e a recuperação de ativos ilícitos, constituindo-se no Ministério do Controle e da Transparência.
- b) Controladoria-Geral da União e Corregedoria-Geral da União são expressões sinônimas para representar o mesmo órgão de controle interno.
- c) a Secretaria Federal de Controle Interno, órgão responsável pela atividade de auditoria interna no Poder Executivo Federal, deve auxiliar à Controladoria-Geral da União, mediante convênio firmado entre o Ministro de Estado do Controle e da Transparência e o Secretário Federal de Controle Interno, buscando melhorar a integração entre órgãos federais.
- d) o titular da Controladoria-Geral da União pode realizar inspeções e avocar procedimentos e processos em curso na Administração Pública Federal, para exame de sua regularidade, propondo a adoção de providências ou a correção de falhas.
- e) é possível ao titular da Controladoria-Geral da União, nos casos de avocação de processos administrativos disciplinares em curso, corrigir-lhes o andamento, sendo vedado promover a aplicação da penalidade administrativa.

35- A atividade de correção no âmbito do Poder Executivo Federal foi organizada em Sistema, com o advento do Decreto n. 5.480, de 30 de junho de 2005. Em relação ao Sistema de Correção do Poder Executivo Federal, é correto afirmar que:

- a) até o advento do referido decreto, não havia atividade de correção, no âmbito do Poder Executivo Federal.
- b) as unidades de corregedoria da Secretaria da Receita Federal do Brasil, da Polícia Federal e do Instituto Nacional de Seguridade Social integram o Sistema de Correção na qualidade de unidades setoriais, com atuação junto aos Ministérios.
- c) a Advocacia-Geral da União e a Controladoria-Geral da União se constituem em órgãos distintos com competências diferentes, todavia, a unidade de correção da Advocacia-Geral da União vincula-se tecnicamente ao Sistema de Correção.
- d) com o advento do Sistema de Correção e o estabelecimento da unidade central, das unidades setoriais e das unidades seccionais do Sistema, foram extintas as unidades de corregedoria existentes nos ministérios e nos órgãos públicos federais, Autarquias e Fundações Públicas Federais.

- e) as unidades específicas de correção para atuação junto aos Ministérios, denominadas de unidades setoriais, integram a estrutura dos ministérios a que estão subordinadas, mas guardam vinculação técnica à Controladoria-Geral da União.

36- A respeito do Direito Administrativo Disciplinar, é correto afirmar que:

- a) é o ramo do direito público responsável pela aplicação das normas do Código Penal aos servidores federais que tenham praticado crimes no exercício da atividade funcional.
- b) caracteriza-se como subdivisão do Direito Processual Penal, estabelecendo regras para o Processo Administrativo Disciplinar.
- c) possui como ramo autônomo do direito, campo de aplicação restrito ao Poder Executivo Federal.
- d) abrange um conjunto de princípios e normas, não concentrados em diploma legal único.
- e) regula a relação disciplinar entre servidores públicos federais e a Administração Pública Federal, incluindo a responsabilidade civil pelos danos causados ao patrimônio público federal, e pelos crimes contra a Administração Pública Federal.

37- Atualmente, no Serviço Público Federal, existem regimes jurídicos diversos para firmar as relações entre servidores públicos, empregados públicos, e contratados temporários. Cada um dos regimes regula de forma particular suas disposições disciplinares. Todavia o regime de maior incidência é o disposto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990. Considerando as disposições inerentes aos deveres constante desta Lei, assinale a opção correta.

- a) O servidor que presencia omissão e abuso de poder por parte de colega de trabalho possui a faculdade de representar o colega pela prática do ato irregular.
- b) A pontualidade não caracteriza dever, cujo descumprimento possa implicar em reprimenda disciplinar, configurando-se compromisso moral e não funcional.
- c) O servidor está obrigado a cumprir as ordens superiores quando estas foram manifestamente legais, podendo deixar de atendê-las quando conflitantes com julgados do Superior Tribunal de Justiça.
- d) Zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público desde que, de valor superior a R\$ 100,00 (cem reais), configura dever do servidor.
- e) A representação contra ilegalidade, omissão ou abuso de poder deve ser encaminhada pela via hierárquica, todavia será apreciada pela autoridade superior àquela contra a qual é formulada.

38- Considerando as disposições constantes do Capítulo V, do Título IV, da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, que trata das penalidades, assinale a opção correta.

- a) A destituição de cargo em comissão, exercido por não ocupante de cargo efetivo, será aplicada nos casos de infração sujeita à penalidade de demissão ou de suspensão.
- b) Ocupante de cargo em comissão de Coordenador-Geral de Logística, que não ocupa cargo efetivo, quando incurso em ilícito relativo à corrupção, poderá ser demitido do cargo público.
- c) A penalidade de advertência pode ser substituída por censura verbal nos casos em que as circunstâncias atenuantes assim permitirem.
- d) A penalidade de demissão pode ser atenuada quando o ato de lesão aos cofres públicos for cometido no último ano de serviço do servidor público.
- e) Servidor que cometeu irregularidade na atividade, mas se aposentou antes da conclusão do processo disciplinar, não pode sofrer sanção disciplinar.

39- Considerando as disposições relativas às responsabilidades, constantes da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a opção correta.

- a) Servidor que causar dano a terceiro em acidente com veículo oficial, que conduzia irregularmente, responderá perante a Fazenda Pública em ação regressiva.
- b) Servidor que pratica agressões domésticas responderá disciplinarmente por estes atos.
- c) Se por um mesmo ato o servidor estiver respondendo a processo criminal e a processo disciplinar, a administração deve suspender o andamento do disciplinar, evitando dupla punição.
- d) O óbito de servidor que desviou milhões dos cofres públicos impede a recuperação dos valores, porquanto a responsabilidade civil não pode ultrapassar a pessoa do servidor.
- e) O servidor, por um mesmo ato, pode responder civil, penal e administrativamente, todavia a responsabilidade administrativa será afastada nos casos de absolvição criminal.

40- Considerando as disposições relativas às proibições constantes da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, assinale a opção correta.

- a) Servidor que preside e administra clube de futebol profissional, registrado como sociedade empresária, não incide em hipóteses de proibição.

- b) A proibição de valer-se do cargo para lograr proveito pessoal ou de outrem caracteriza-se mesmo que ausente a vantagem financeira.
- c) Inexiste proibição inerente ao nepotismo no âmbito desta Lei.
- d) É permitido ao servidor público atuar como procurador ou intermediário junto a repartições públicas quando se tratar de parentes até o segundo grau civil, cônjuge ou companheiro.
- e) É vedado ao servidor em geral o recebimento de propina, comissão, presente ou vantagem de qualquer espécie, em razão de suas atribuições, exceto se a vantagem não ultrapassar o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

41- A respeito da acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, pode-se afirmar que:

- I. detectada a acumulação ilícita de cargos públicos, o órgão deve providenciar o desligamento imediato do servidor de seu quadro, desde que ausente compatibilidade de horário para a acumulação.
- II. não caracteriza acumulação ilícita de cargo público o exercício simultâneo de cargo de médico com a atividade de contador na iniciativa privada, independentemente da compatibilidade de horário.
- III. acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas abrange autarquias, fundações, empresas públicas e sociedades de economia mista, inclusive suas subsidiárias e sociedades controladas, direta ou indiretamente pelo poder público.
- IV. é ilícita a acumulação de cargo público de professor universitário de universidade federal com um emprego de vigilante em instituição financeira privada.
- V. não configura acumulação ilícita o exercício simultâneo de dois cargos de professor com um cargo de médico, desde que presente compatibilidade de horário.

Estão corretas as afirmativas:

- a) apenas as afirmativas II, III e V.
- b) apenas as afirmativas II e III.
- c) apenas as afirmativas III e V.
- d) apenas as afirmativas II e V.
- e) apenas as afirmativas I, II e IV.

42- Servidor de um determinado ministério, regido pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, recebeu propina em 10 de fevereiro de 1995, para conceder vantagem indevida à determinada empresa mediante fraude. A fraude somente foi detectada em 22 de dezembro de 2004, data em que foi comunicada a autoridade competente, que imediatamente instaurou o processo administrativo disciplinar, culminando com a demissão do servidor, publicada no Diário Oficial da União de 10 de fevereiro de 2007.

Considerando esta situação hipotética e com fundamento nas disposições atinentes à prescrição constantes do regime acima mencionado, é correto afirmar que:

- a) o servidor não poderia ter sido punido, pois o ilícito estava prescrito por ter sido cometido em prazo superior a 05 (cinco) anos da data da aplicação da penalidade.
- b) quando a fraude foi descoberta, o ilícito já estava prescrito, porquanto a prescrição administrativa disciplinar se inicia a partir do cometimento do fato.
- c) segundo entendimento do Supremo Tribunal Federal, tratando-se de processo administrativo disciplinar, o prazo prescricional ficará interrompido por no máximo 140 (cento e quarenta) dias.
- d) a penalidade aplicada é válida porquanto o recebimento de propina mediante fraude é ilícito imprescritível, em razão do interesse público que sobrepõe o interesse privado.
- e) a partir de 22 de dezembro de 2004, data da instauração do processo, fica suspensa a contagem do prazo prescricional, até a decisão final proferida por autoridade competente.

43- No que tange à abrangência subjetiva da responsabilidade disciplinar, é correto afirmar que:

- a) agentes públicos e agentes políticos respondem disciplinarmente, nos termos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, inclusive Ministro de Estado e Presidente da República.
- b) estagiários e terceirizados respondem a processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- c) servidores de autarquias respondem a processo administrativo disciplinar, nos termos da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- d) empregados públicos e contratados temporários não possuem responsabilidade disciplinar, pois não são regidos pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

e) ocupantes exclusivamente de cargos em comissão não são abrangidos pelo regime disciplinar dos servidores públicos efetivos da União.

44- Sobre o processo administrativo disciplinar, previsto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é correto afirmar que:

- a) não exige apresentação de alegações finais de defesa.
- b) é nulo, se fundado inicialmente em denúncia apócrifa.
- c) busca a verdade formal acerca dos fatos sob investigação.
- d) deve ser conduzido por comissão composta de três servidores efetivos.
- e) as reuniões e as audiências das comissões devem ser abertas ao público.

45- Na fase denominada de inquérito administrativo, a condução do processo administrativo disciplinar fica a encargo da comissão, que deve exercer suas atividades com independência e imparcialidade, dedicando-se integralmente aos trabalhos de investigação, inclusive com dispensa do ponto até o julgamento do processo.

As reuniões do colegiado devem ser registradas em atas contendo o detalhamento de suas deliberações, sendo lícito ao presidente indeferir provas impertinentes, meramente protelatórias ou de nenhum interesse para o esclarecimento dos fatos.

Para imprimir celeridade nas investigações, pode ser promovida a oitiva conjunta de testemunhas, desde que tenham presenciado o fato simultaneamente.

A respeito do enunciado, é correto afirmar que:

- a) ressaltando a oitiva simultânea de testemunhas, que contraria texto expresso da Lei n. 8.112/90, o enunciado está correto.
- b) considerando que o processo administrativo disciplinar não obedece ao princípio do formalismo, é dispensável o registro das deliberações da comissão em ata.
- c) a dedicação integral aos trabalhos de investigação não inclui a dispensa do ponto.
- d) as testemunhas devem ser ouvidas separadamente, podendo ser submetidas à acareação, na hipótese de depoimentos contraditórios ou que se infirmem.
- e) o indeferimento de provas pelo presidente da comissão exige a anuência prévia da autoridade instauradora, sob pena de implicar cerceamento de defesa quando do julgamento.

46- A respeito do processo administrativo disciplinar, previsto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pode-se afirmar que:

- I. servidor ocupante de cargo de nível intermediário, graduado em nível superior, pode presidir comissão cujo acusado seja detentor de cargo de nível superior, e possua formação de mestrado.
- II. o prazo de conclusão, incluindo a hipótese de prorrogação, não pode exceder a 120 (cento e vinte) dias, implicando em nulidade julgamento fora deste prazo.
- III. recondução é a nomeação dos mesmos membros para prosseguir na apuração, visando ultimar os trabalhos, quando não for possível concluí-los no prazo estabelecido em lei.
- IV. visando resguardar às investigações, o servidor que responder a processo administrativo disciplinar só poderá ser exonerado a pedido ou aposentado após a conclusão do processo e o cumprimento da penalidade.
- V. havendo mais de um indiciado e diversidade de sanções, o julgamento caberá ao Ministro de Estado.

Estão corretas as afirmativas:

- a) apenas as afirmativas I e III.
- b) apenas as afirmativas II e III.
- c) apenas as afirmativas I e V.
- d) apenas as afirmativas III e V.
- e) apenas as afirmativas I, IV e V.

47- A respeito do pedido de reconsideração, do recurso e da revisão no processo administrativo disciplinar previsto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pode-se afirmar que:

- a) o pedido de reconsideração será dirigido à autoridade imediatamente superior à que proferiu a decisão.
- b) o pedido de reconsideração pode ser renovado até o limite de 03 (três) instâncias administrativas.
- c) o pedido de reconsideração e o recurso, quando recebidos, suspendem a prescrição.
- d) a revisão que ocorre em processo apenso ao originário é conduzida por comissão revisora, e exige como requisitos de admissibilidade: o fato novo, a alegação de injustiça e a inadequação da penalidade aplicada.
- e) da revisão não pode resultar agravamento de penalidade, todavia, no recurso, poderá decorrer gravame à situação do recorrente.

48- Em relação às espécies de sindicância: investigativa, patrimonial e acusatória, é incorreto afirmar que:

- a) a sindicância acusatória exige como requisito obediência à ampla defesa e ao contraditório, podendo resultar na aplicação de penalidade.
- b) a sindicância patrimonial é sigilosa, não contraditória, e não punitiva.
- c) a sindicância patrimonial pode ser instaurada pela Controladoria-Geral da União ou por autoridade competente nos órgãos ou entidades.
- d) a sindicância acusatória não pode ser conduzida por sindicante único, exigindo composição colegiada.
- e) a sindicância patrimonial é pré-requisito para a instauração de processo administrativo disciplinar por valimento do cargo e improbidade administrativa.

49- A respeito dos ritos ordinário e sumário relativos ao processo administrativo disciplinar, previsto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, pode-se afirmar que:

- I. o rito sumário do processo disciplinar é caracterizado pela celeridade, com prazos inferiores ao rito ordinário e aplicável a infrações disciplinares de menor potencial ofensivo.
- II. no rito sumário, a portaria que constituir a comissão e instaurar o feito disciplinar deve indicar simultaneamente a autoria e materialidade do ilícito, exigência não aplicável ao rito ordinário.
- III. o rito ordinário caracteriza-se pelas fases de instauração, inquérito e julgamento, possui prazos mais dilatados que o rito sumário e deve ser utilizado para as hipóteses de demissão, envolvendo corrupção, abandono de cargo e ofensa física em serviço.
- IV. a comissão pode deliberar acerca da utilização do rito sumário quando entender que a hipótese sob apuração configura mera penalidade de advertência.
- V. nos casos passíveis de aplicação do rito sumário, a prova da autoria do ilícito é pré-constituída.

Estão corretas as afirmativas:

- a) apenas as afirmativas I e II.
- b) apenas as afirmativas II e III.
- c) apenas as afirmativas I e V.
- d) apenas as afirmativas II e V.
- e) apenas as afirmativas I, IV e V.

50- A respeito do processo administrativo disciplinar, previsto na Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, é correto afirmar que:

- a) obedece ao princípio inquisitivo e dispensa contraditório, a exemplo dos inquéritos policiais, servindo como peça informativa para a decisão da autoridade julgadora.
- b) é vedado ao presidente da comissão expedir mandados para intimação de testemunha, por não se constituir em autoridade judiciária ou policial.
- c) a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990, exige que a defesa do servidor acusado seja realizada por advogado ou, na ausência deste, por defensor dativo.
- d) os prazos para apresentação de defesa escrita podem ser de 10 (dez), 15 (quinze) ou 20 (vinte) dias, respectivamente, para o caso de um indiciado, caso em que tenha ocorrido citação por edital, ou para caso de dois ou mais indiciados, não podendo ser prorrogados.
- e) a designação de servidor como defensor dativo deverá atender às mesmas exigências relativas ao presidente da comissão quanto ao cargo ou ao nível de escolaridade.

51- A Lei n. 8.745, de 9 de dezembro de 1993, dispõe sobre contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público. A respeito dos contratos e dos contratados temporários, é incorreto afirmar que:

- a) os contratados terão seu contrato rescindido se forem nomeados ou designados, ainda que a título precário ou em substituição, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.
- b) aos contratados temporários aplica-se parcialmente o regime disciplinar de que trata a Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- c) o recrutamento do pessoal a ser contratado dispensa o concurso público, todavia exige processo seletivo simplificado, podendo ser dispensado em necessidade decorrente de calamidade pública.
- d) os contratados temporários terão suas infrações disciplinares apuradas mediante processo administrativo disciplinar, concluído no prazo de até 60 dias, prorrogáveis por igual período, assegurada ampla defesa e contraditório.
- e) são exemplos de necessidades temporárias que autorizam as contratações: a admissão de professor substituto e professor visitante, o combate a surtos endêmicos, e a atividade de identificação e demarcação desenvolvidas pela FUNAI.

52- A respeito das disposições constantes da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo geral no âmbito da Administração Pública Federal, é incorreto afirmar que:

- a) esta lei veda aos órgãos e entidades a elaboração de formulários padronizados para assuntos que importem pretensões equivalentes, apesar de caracterizar prática usualmente adotada por órgãos públicos.
- b) possui aplicação apenas subsidiária em relação ao processo administrativo disciplinar, que continua a reger-se pela Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990.
- c) estabelece como critério nos processos administrativos a adoção de formas simples, suficientes para propiciar adequado grau de certeza, segurança e respeito aos direitos dos administrados.
- d) proíbe a cobrança de despesas processuais, ressalvadas as previstas em lei.
- e) aponta como dever do administrado perante a Administração a prestação de informações que lhe forem solicitadas e a colaboração para o esclarecimento dos fatos.

53- A respeito das disposições constantes da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo geral no âmbito da Administração Pública Federal, em relação à competência, é correto afirmar que:

- a) é renunciável, salvo nos casos de delegação e avocação legalmente admitidos.
- b) mesmo que parcial, a delegação de competência não pode abranger órgãos que não possuam vinculação de subordinação hierárquica.
- c) inexistindo competência legal específica, o processo administrativo deverá ser iniciado perante a autoridade de menor grau hierárquico para decidir.
- d) decisões adotadas por delegação devem mencionar explicitamente esta qualidade, e considerar-se-ão editadas pelo delegante.
- e) decisão de recurso administrativo pode ser objeto de delegação quando o interesse público exigir.

54- Em relação aos impedimentos e à suspeição, de que tratam as disposições constantes da Lei n. 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, é correto afirmar que:

- a) é impedido de atuar em processo administrativo servidor ou autoridade cujo primo participou como testemunha nos autos.
- b) servidor efetivo estável pode participar como membro de comissão disciplinar que investigue ato de superior hierárquico.
- c) pode participar de comissão de processo administrativo disciplinar ou de sindicância servidor que seja cunhado da acusada.
- d) servidor que incorrer em hipóteses de impedimento deve comunicar o fato à autoridade competente ao término das apurações, constituindo-se falta grave a omissão desse dever de comunicar.
- e) a suspeição exige que a amizade e a inimizade sejam qualificadas pela notoriedade.

55- Em conformidade com as disposições constantes da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo geral no âmbito da Administração Pública Federal, é correto afirmar que:

- a) os atos administrativos dispensam motivação quando decorram de reexame de ofício.
- b) a motivação deve ser implícita, clara e congruente e quando consistir em declaração de concordância com parecer anterior este passa a fazer parte integrante do ato.
- c) os interessados devem ser intimados de prova ou diligência ordenada, com antecedência mínima de cinco dias, mencionando-se data e hora da realização do ato.
- d) os interessados têm direito à vista e carga dos processos, além do direito à obtenção de certidões ou cópias reprográficas dos dados e documentos que o integram, ressalvados os protegidos por sigilo.
- e) nos prazos fixados em meses, se no mês do vencimento não houver o dia equivalente àquele do início do prazo, tem-se como termo o último dia do mês.

56- Em conformidade com as disposições constantes da Lei n. 9.784, de 29 de janeiro de 1999, que regula o processo administrativo geral no âmbito da Administração Pública Federal, no que tange à comunicação dos atos, é incorreto afirmar que:

- a) no caso de interessados indeterminados, desconhecidos ou com domicílio indefinido, a intimação deve ser efetuada por meio de publicação oficial.

b) a intimação pode ser efetuada por ciência no processo, por via postal com aviso de recebimento, por telegrama ou outro meio que assegure a certeza da ciência do interessado.

c) o desatendimento da intimação lícitamente realizada importa o reconhecimento da verdade dos fatos e a renúncia ao direito em discussão.

d) são nulas as intimações procedidas sem observância das prescrições legais, todavia o comparecimento do administrado supre a falta ou irregularidade.

e) no caso de oitiva de testemunhas, a intimação deve observar a antecedência mínima de três dias úteis quanto à data de comparecimento.

57- A respeito da improbidade administrativa de que trata a Lei n. 8.429, de 2 de junho de 1992, é incorreto afirmar que:

a) caracteriza-se como ilícito disciplinar, mas não constitui ato de improbidade administrativa, deixar de prestar contas quando estiver obrigado a fazê-lo.

b) se constitui pela aquisição, para si ou para outrem, no exercício de mandato, cargo, emprego ou função pública, bens de qualquer natureza cujo valor seja desproporcional à evolução do patrimônio ou à renda do agente público.

c) caracteriza ato de improbidade administrativa utilizar-se o agente público de veículo oficial para realizar compras para sua família, mesmo quando autorizado por superior hierárquico.

d) agente público que exerce atividade de consultoria ou assessoramento para pessoa física ou jurídica, que tenha interesse suscetível de ser atingido ou amparado por ação ou omissão decorrente de suas atribuições, durante a atividade, incorre em ato de improbidade administrativa.

e) retardar ou deixar de praticar indevidamente ato de ofício configura improbidade administrativa.

58- A respeito das disposições inerentes ao sigilo fiscal e bancário, é correto afirmar que:

a) informações relativas aos sigilos fiscal e bancário não podem ser utilizadas em processos disciplinares, exceto mediante autorização judicial.

b) mediante o consentimento expresso dos interessados, não constitui violação do dever de sigilo das operações financeiras a utilização destas informações em processo administrativo disciplinar, independentemente de ratificação judicial.

- c) as informações bancárias podem ser solicitadas por comissões de processo administrativo disciplinar, todavia dependem de prévia autorização do Poder Judiciário e da existência de processo judicial em curso.
- d) não se consideram instituições financeiras, para fins do dever de conservação de sigilo, as administradoras de cartões de crédito e as associações de poupança e empréstimo.
- e) são informações irrelevantes aos Analistas de Finanças e Controle da área de correição, porquanto referem-se à esfera judicial e não ao Poder Executivo Federal.

59- O Ministério Público, que abrange o Ministério Público da União e o Ministério Público dos Estados, é instituição permanente, essencial à função jurisdicional do Estado, incumbindo-lhe a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis.

Considerando a competência constitucional e os instrumentos de controle, a respeito do Ministério Público da União, é incorreto afirmar que:

- a) abrange o Ministério Público Federal o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) pode requisitar informações e documentos relativos a processos administrativos disciplinares, exceto os que estiverem em curso.
- c) tem por Chefe o Procurador-Geral da República.
- d) pode exercer o controle externo da atividade da polícia rodoviária federal, da polícia federal e da polícia civil do Distrito Federal.
- e) não lhe compete a representação e a atividade de consultoria jurídica de entidades públicas.

60- A respeito do controle externo da administração pública, a cargo do Congresso Nacional, e exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, é correto afirmar que:

- a) constitui finalidade do controle externo avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e a execução dos orçamentos da União.
- b) compete ao Tribunal de Contas da União julgar os processos de Tomada de Contas Especial, exceto quando envolver agentes do controle interno, que serão julgados pela Controladoria-Geral da União.

- c) o Tribunal de Contas da União pode determinar a responsabilidade solidária dos responsáveis pelo controle interno, que não notificarem o tribunal quanto a irregularidades e ilegalidades, que tomarem ciência em razão de suas ações de controle.
- d) compete ao Tribunal de Contas da União aplicar as penalidades de demissão relativas aos servidores da Controladoria-Geral da União mediante parecer prévio do Ministro de Estado do Controle e da Transparência.
- e) o Tribunal de Contas da União não julga as contas do Presidente da República e dos Ministros de Estado, todavia as aprecia mediante parecer prévio.



Escola de Administração Fazendária

www.esaf.fazenda.gov.br